



## **Décimo quinto parecer, de 30 de abril de 2021, da Comissão Ibero-Americana de Ética Judiciária sobre as implicações éticas das relações dos juízes com os mais altos dirigentes políticos da Nação quando julgam casos que os afetam\***

### **I. Introdução**

1. Em 20 de abril de 2021, o Comissionado Fernández Mendía encaminhou à Secretaria Executiva da Comissão Ibero-Americana de Ética Judiciária indagação sobre se, à luz do Código Ibero-americano de Ética Judicial, tem implicações éticas a conduta dos altos magistrados criminais com assento na capital de um país que frequenta socialmente o Primeiro Mandatário repetidas vezes enquanto os seus órgãos jurisdicionais conduzem processos em que se apura a atuação de altos funcionários governamentais seja qual for o seu signo, sem se afastar deles e recusar tal possibilidade.
2. Em sua consulta, o comissionado requerente explica como, por meio de nota enviada por um magistrado da Câmara Federal de Cassação Criminal da República Argentina, foi levantada a questão sobre a conduta dos principais magistrados criminais. Trata-se, conforme consta no seu escrito, das visitas sociais e reiteradas de tais magistrados ao Presidente da República durante o seu mandato, nos diversos locais da sede das suas funções, enquanto foram fundamentados, nos respectivos órgãos jurisdicionais, os casos em que se investigou o desempenho de altos mandatários políticos, sem verificação de seu afastamento, em função de princípios de independência, transparência, imparcialidade etc.
3. A resposta da Comissão Ibero-americana de Ética Judicial deve fazer esclarecimentos, antes de mais nada, sobre sua competência e o alcance deste parecer; em segundo lugar, é necessário determinar os princípios constitucionais e jurisprudenciais sobre a forma de atuação de um juiz ou magistrado de um tribunal em relação aos líderes políticos que podem acabar ou que estão sendo investigados e processados ou que podem afetar outros políticos; em terceiro lugar, a Comissão deve apresentar os aspectos éticos dessas relações sob a

---

\*

**A tradução foi feita por cortesia do Poder Judicial do Brasil**

perspectiva do Código Ibero-americano de Ética Judicial; por último, a Comissão terá de concluir com algumas avaliações gerais a este respeito.

## **II. A competência da Comissão e os limites do processo ético**

4. De antemão, é necessário pronunciar-se sobre a competência da Comissão de Ética Judiciária Ibero-americana e sobre os limites de seu processo, visto que a função consultiva que lhe foi confiada a impede de atuar como tribunal ou juiz da conduta de terceiros.
5. Por outro lado, o artigo 83.a) do Código Ibero-americano de Ética Judiciária atribui à Comissão a competência de resolver “as questões formuladas por Comissionados sobre se o comportamento dos servidores públicos dos Órgãos Judiciários respeita ou não a Ética Judiciária, bem como quando os órgãos internos de Ética Judiciária de cada nação tenham resolvido questões desta natureza e a Comissão Ibero-americana seja consultada”.
6. Trata-se de uma competência atribuída pela Cúpula Judicial Ibero-americana em virtude da reforma introduzida no Código Ibero-americano de Ética Judicial na assembleia geral realizada em Santiago, Chile em 2014, cujo objetivo tem sido promover uma visão mais ampla e intervenção mais eficaz da própria Comissão.
7. Todavia, a Comissão não tem competência para resolver questões individuais ou interferir no debate político ou nas ações dos órgãos disciplinares ou éticos dos membros da Cúpula Judicial Ibero-americana.
8. No entanto, deve-se observar também que o artigo 45 do Código justifica o autocontrole dos próprios juízes no cumprimento dos compromissos éticos e dispõe: “O juiz deve denunciar à parte competente as infrações graves em que seus colegas possam incorrer”. Portanto, justifica-se este tipo de consultas canalizadas nos termos determinados pelo Código e que neste caso foram atendidas.
9. Por outro lado, a Comissão não pode atuar como tribunal de conduta de terceiros porque não abriu um debate contraditório nesse sentido, nem dispõe de todos os dados do caso específico que está na origem da consulta. Por conseguinte, a Comissão emite este parecer na medida em que, embora partindo de casos muito específicos, procura deduzir a aplicação dos princípios consagrados no Código a casos análogos que possam ocorrer na esfera judicial ibero-americana.
10. Assim, a Comissão deve abordar, com base em casos particulares e convenientemente generalizados, as implicações éticas que podem surgir em casos semelhantes. Desta forma, a Comissão contribui para promover uma cultura de integridade entre os juízes ibero-americanos e permite fortalecer os princípios e virtudes que constituem o marco das exigências éticas da profissão de juiz na sociedade atual.

11. Nesse sentido, o artigo 95 do Código estabelece com total clareza: “Os pareceres, recomendações, pareceres ou qualquer pronunciamento da Comissão Ibero-americana em nenhum caso terão força vinculativa para os Poderes Judiciais ou Conselhos de Magistratura ou para o Judiciário nem para a Cúpula Judicial”. Portanto, a Comissão responde à consulta com o objetivo de esclarecer qual a conduta mais adequada do ponto de vista ético, sem tentar resolver um caso específico ou, claro, para se pronunciar sobre suas variabilidades jurídicas anteriores ou posteriores.
12. É precisamente com este espírito que a Comissão aborda o exame, em geral, de uma situação que poderia surgir em qualquer um dos países que integram a comunidade ibero-americana, na qual são feitas frequentes visitas de juízes aos líderes políticos mais destacados em particular de alguns membros dos mais altos tribunais da Nação, quando casos que afetam membros atuais ou do passado estão sendo investigados ou julgados.

### **III. As relações entre juízes e líderes políticos: separação de poderes, aparências e confiança dos cidadãos**

13. A forma de atuação de um juiz ou tribunal em relação aos dirigentes políticos que são ou podem vir a ser objeto de investigação e processo judicial não pode ser diferenciada de seu comportamento previsto em relação a qualquer outro réu. Embora nesses casos, por prudência, os juízes devam exercer extrema cautela, pois nesses casos as aparências são, se possível, mais importantes.
14. De fato, a jurisprudência mais recente de tribunais supranacionais na América e na Europa sublinhou a importância crescente do Estado de Direito e da separação de poderes no exercício da função judicial [1].
15. Assim, por exemplo, o Tribunal de Justiça da União Europeia repetiu no *acórdão Repubblika* (2021): “De acordo com o princípio da separação de poderes que caracteriza o funcionamento de um Estado de Direito, deve ser garantida a independência dos tribunais, em particular em relação aos Poderes Legislativo e Executivo” [2].
16. Da mesma forma, a Corte Interamericana de Direitos Humanos com sede em San José usa a mesma linguagem. Por outro lado, a Corte Interamericana afirmou: “o exercício autônomo da função judicial deve ser garantido pelo Estado tanto em sua vertente institucional, isto é, em relação ao Poder Judiciário como sistema, como em ligação com o seu aspecto individual, isto é, em relação à pessoa do juiz específico. O Tribunal considera pertinente especificar que a dimensão institucional está relacionada com aspectos essenciais para o Estado de Direito, como o princípio da separação de poderes e o importante papel que a função do sistema judiciário em uma democracia. Por isso, essa dimensão institucional transcende a figura do juiz e impacta coletivamente toda a sociedade” [3].

17. A Corte Interamericana também reiterou: “um dos objetivos principais da separação dos poderes públicos é a garantia da independência judicial. Esse exercício autônomo deve ser garantido pelo Estado tanto em sua faceta institucional, isto é, em relação ao Poder Judiciário como sistema, embora também em conexão com o seu aspecto individual, isto é, em relação à pessoa do juiz específico. O objetivo da proteção é impedir que o sistema judicial em geral e os seus membros em particular sejam submetidos a possíveis restrições indevidas no exercício de suas funções por órgãos externos ao Judiciário ou ainda por quem exerça funções de revisão ou recurso” [4].
18. Estas considerações atuais e reiteradas na América e na Europa estão ancoradas na aplicação do direito fundamental a um julgamento justo (art. 6 da Convenção Europeia de Direitos Humanos), à proteção judicial efetiva (art. 47 da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia) e garantias judiciais e proteção judicial (art. 8 e 25 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos).
19. No entanto, tanto o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem como o Tribunal de Justiça da União Europeia consideram que nem o artigo 6.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, que consagra o direito a um julgamento justo, nem o artigo 47.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, que proclama o direito à proteção judicial efetiva, impõem aos Estados um modelo constitucional específico que rege de uma forma ou de outra as relações e interações entre os diversos poderes do Estado, nem os obriga a se conformar a um ou outra noção constitucional, teórica relativa aos limites admissíveis de tal interação [5].
20. Mas é também que, além disso, o próprio Tribunal de Estrasburgo reconhece: “uma certa interação entre os três poderes do Estado é não só inevitável, mas também necessária, desde que os respectivos poderes não interfiram nas funções e competências das outras. A questão é, mais uma vez, se em determinado caso os requisitos da Convenção foram respeitados” [6].
21. Em suma, os tribunais supranacionais na América e na Europa desenvolveram uma jurisprudência que reforça as duas dimensões da independência dos juízes: externa, ou independência propriamente dita; e o interno, que corresponde à imparcialidade. Tal como o Tribunal de Justiça da União Europeia salientou no referido *acórdão Repubblika* (2021): “as garantias de independência e imparcialidade exigidas pelo direito da União pressupõem a existência de normas, nomeadamente no que diz respeito à composição do tribunal, bem como a nomeação, a duração do mandato e as causas de abstenção, rejeição e exoneração dos seus membros, que permitem afastar qualquer dúvida legítima dos arguidos quanto à impermeabilidade do referido órgão face a elementos externos e quanto à neutralidade do último em relação aos interesses em litígio”(n.º 53).

22. A razão desta jurisprudência é sempre a mesma: a confiança dos cidadãos na justiça. Assim, o Tribunal de Estrasburgo em uma jurisprudência já consolidada, como resulta da *sentença Micallef versus Malta* (2009) insiste que "a confiança que os tribunais devem inspirar no público em uma sociedade democrática" [7] e, como afirma o *Baka versus Hungria* (2016), "o papel especial do judiciário na sociedade, como garante da justiça, é um valor fundamental em um estado de direito, ele deve gozar da confiança pública se pretende cumprir adequadamente seus deveres [para os quais] as autoridades judiciais, na medida em que isso afete o exercício de sua função de juiz, são obrigadas a exercer a máxima discrição em relação aos casos que estão processando, a fim de preservar sua imagem de juízes imparciais "[8].
23. Da mesma forma, na linguagem do Tribunal de Justiça da União Europeia, o objetivo é evitar, por exemplo, como resulta do *acórdão Repubblika* (2021), que as disposições nacionais relativas à nomeação de membros do poder judicial "possam, por si, gerarem dúvidas legítimas no espírito dos réus quanto à impermeabilidade dos juízes e magistrados nomeados face a elementos externos, nomeadamente, face a influências diretas ou indiretas dos Poderes Legislativo e Executivo, ou no que diz respeito à neutralidade daqueles em relação aos interesses em disputa nem que possa, portanto, acarretar uma falta de aparência de independência ou imparcialidade dos referidos membros do judiciário capaz de minar a confiança que a justiça deve inspirar em os arguidos numa sociedade democrática e num Estado de direito "(n.º 72).
24. Em suma, a independência e a imparcialidade do juiz não podem suscitar dúvidas ou receios nos arguidos que se encontram nos tribunais, mas também não podem gerar desconfiança nos cidadãos.
25. Isso explica por que, segundo os países, foram estabelecidas normas constitucionais ou legais que proíbem a participação de juízes na política partidária. Da mesma forma, em algumas leis nacionais, o estatuto do juiz prevê medidas disciplinares que são especialmente dissuasivas contra a participação de juízes na política.
26. Apenas a título ilustrativo, convém lembrar que, em um país como a Espanha, a Constituição de 1978 proíbe a participação de juízes ativos em partidos políticos e sindicatos (art. 127). De acordo com o mandato constitucional, a Lei Orgânica do Poder Judiciário de 1985 estabelece esta proibição no artigo 395: "Os juízes ou magistrados não podem pertencer a partidos políticos ou sindicatos nem ter vínculo empregatício". A consequência é a proibição que pesa sobre os juízes espanhóis que os impede de: «Dirigir aos poderes, autoridades e funcionários públicos ou entidades oficiais felicitações ou censuras pelos seus atos, **nem comparecer, na qualidade de membros do Poder Judiciário, a quaisquer atos ou reuniões públicas que não sejam de natureza judicial, exceto aquelas que tenham por objetivo cumprimentar o Rei ou para as quais tenham sido**

**convocados ou autorizados a comparecer pelo Conselho Geral da Magistratura.** De fato, o artigo 418.3 da mesma Lei Orgânica do Poder Judiciário classifica como infração grave: «Direcionar aos poderes, autoridades ou funcionários públicos ou entidades oficiais felicitações ou censuras pelas suas ações, invocando a qualidade de juiz, ou com essa condição ».

27. Em termos semelhantes, a Lei Orgânica do Poder Judiciário da Costa Rica (1997) proíbe, em seu artigo 9, seções 4 e 6, todos os funcionários do Poder Judiciário: “Enviar felicitações diretas ou censura por atos públicos, a funcionários e corporações oficiais”. Excetuam-se as matérias em que intervêm, em defesa de legítimos interesses e direitos subjetivos e nos casos em que a lei o permita” ou “Participar ativamente em reuniões, manifestações e demais atos de caráter político eleitoral ou partidário, ainda que se forem permitidos, a outros cidadãos”. De fato, no Regulamento para a prevenção, identificação e gestão adequada de conflitos de interesses no Poder Judiciário da Costa Rica, o artigo 35 se refere à participação política e ao uso indevido do cargo em benefício de grupos políticos, declarando: “Nenhum servidor judiciário pode participar de processos e atividades político-eleitorais: comparecer a clubes, reuniões, manifestações, votar em eleições internas de grupos políticos e qualquer outro ato de natureza política eleitoral ou partidária, ou expressar opiniões ou comentários que possam ser explicitamente interpretados como declaração de pertencimento a determinada filiação político-partidária; isso inclui todos os meios de informação, redes sociais ou a Internet, com a única exceção de votar nas eleições nacionais.” Também neste mesmo regulamento costarricense se estabelece: “Os servidores e funcionários judiciais evitarão participar de eventos de caráter não oficial em que participem figuras políticas, quando isso possa afetar a confiança na independência do Poder Judiciário”.

28. Em suma, as reuniões de juízes e líderes políticos podem afetar a separação de poderes como princípio básico do Estado de Direito, razão pela qual, como se viu, algumas ordens constitucionais e jurídicas na Ibero-América proíbem este tipo de atos e sujeitá-los a autorização e podem ter consequências disciplinares para qualquer pessoa que violar essas regras.

#### **4. A regulamentação ética das reuniões dos juízes com os líderes políticos do governo: independência, imparcialidade e virtudes éticas**

29. O Código Ibero-americano de Ética Judiciária contém três tipos de disposições específicas aplicáveis à presunção factual que é examinada por esta Comissão e vinculadas aos princípios da independência e imparcialidade dos juízes e às virtudes judiciais.

30. Há que ter em conta que no caso específico que originou a consulta, se tratava de vários magistrados de um Supremo Tribunal Federal que compareceram às

dependências da Presidência da República e que, ao mesmo tempo, ocorreram processos-crime contra os membros do executivo.

31. Dos fatos acima, cabe destacar a instância mais elevada dos tribunais envolvidos. Não é difícil compartilhar, como já afirmou esta Comissão, que “os maiores perigos e atentados contra a independência dos juízes aparecem nas mais altas esferas da estrutura judiciária, onde se resolvem definitivamente os litígios ou controvérsias mais relevantes ou de significado nacional”[9]. Pelo mesmo motivo, a exigência ética e a exemplaridade pública deveriam ser mais necessárias nestes casos.
32. Em primeiro lugar e no que diz respeito à independência, o art. 4 do Código afirma especificamente: “A independência judicial implica que o juiz está eticamente proibido de participar de qualquer forma na atividade política partidária.”
33. Esta disposição, cujo âmbito é de um princípio ético, independe do modelo constitucional e jurídico do Judiciário que rege em determinado lugar e momento. Na verdade, decorre desse princípio que os juízes devem, em qualquer caso, se comportar em todos os momentos e no exercício de suas funções à margem da “atividade político-partidária”.
34. Isso significa que não podem participar da vida dos partidos nem em público nem em privado [10]. Parece óbvio dizer que os juízes não devem intervir de forma alguma no debate legítimo que ocorre entre os partidos políticos.
35. A necessidade de manter a separação de poderes, em particular entre o Executivo e o Judiciário, aconselha os juízes a exercerem especial cautela em todos os tipos de eventos ou reuniões, não só públicas, mas também e especialmente privadas, entre juízes e membros dos Governos (Poder Executivo). Assim, apenas as reuniões públicas e formais, desprovidas de qualquer significado político partidário, seriam eticamente admissíveis, tornando absolutamente desaconselhável toda espécie de reuniões de juízes e políticos, públicas ou privadas.
36. E mais ainda, quaisquer reuniões com membros do Executivo, incluindo o Chefe de Estado ou o Presidente da República, para chegar a acordos e articular arranjos relativos ao exercício da função, seriam proibidas por um entendimento adequado de ética judicial jurisdicional.
37. Em segundo lugar, e no que diz respeito à imparcialidade do judiciário, o artigo 11 do Código dispõe: “O juiz é obrigado a abster-se de intervir nos casos em que sua imparcialidade esteja comprometida ou em que um observador razoável possa entender que há razão para pensar assim”. Também em outros artigos do Código, referindo-se à imparcialidade, como o artigo 13, o juiz é obrigado a “evitar qualquer aparência de tratamento preferencial ou especial com advogados e réus”

ou o artigo 10 do Código se refere a "uma distância equivalente [do juiz] das partes e de seus advogados" e exige que ele evite "todo tipo de comportamento que possa refletir favoritismo, predisposição ou preconceito". Por fim, o artigo 15 do Código desestimula claramente as reuniões com os réus nestes termos: "O juiz deve tentar não se reunir com uma das partes ou seus advogados (em seu escritório ou, com maior razão, fora dele) do que as contrapartes e seus advogados podem razoavelmente considerá-lo injustificado"[11].

38. Nos casos em que a imparcialidade é comprometida, existe a obrigação legal e ética do juiz de se abster ou de admitir a contestação das partes. Nesse caso, não há dúvida de que o trato com uma das partes envolvidas no processo, previamente ou mais ainda ao mesmo tempo em que se desenvolvem, determina a incapacidade jurídica e ética do juiz para prosseguir com o julgamento. Deve-se lembrar que em alguns sistemas processuais, como o uruguaio, além da abstenção, quando o juiz percebe que sua relação com as partes não justifica seu afastamento da matéria, mas a divulgação da natureza desse vínculo, está previsto que o possa fazer na primeira oportunidade processual disponível, para que as partes possam impugná-lo se o considerarem necessário. Nestes casos, deve abster-se o juiz ou juízes que participem de qualquer tipo de reunião em que tenham sido tratadas questões pertinentes à causa que estiver sendo discutida em seu tribunal.
39. Em terceiro lugar, e no que diz respeito às virtudes judiciais envolvidas neste tipo de comportamento, que envolve as visitas ou reuniões de juízes e dirigentes políticos, deve ser tida em consideração a necessidade de cultivar as virtudes judiciais como a discrição e a prudência.
40. Quanto à discricionariedade, é necessário relembrar, por um lado, o mandado do artigo 60.º do Código segundo o qual: "O juiz deve evitar comportamentos ou atitudes que possam ser entendidos como busca injustificada e excessiva de reconhecimento social". Nesse caso, e mesmo que as reuniões dos juízes tenham sido para fins meramente culturais ou esportivos e não tenham tratado de questões relacionadas ao caso que está sendo conduzido no Tribunal, também devem ser evitadas ou, pelo menos, não haver frequência, além da atenção formal aos mais altos líderes políticos da nação.
41. E quanto à prudência aplicada nas reuniões de juízes e dirigentes políticos, o artigo 69º do Código adverte: "O juiz prudente é aquele que faz com que as suas condutas, atitudes e decisões sejam fruto de um julgamento racionalmente justificado, depois de ponderado e avaliou os argumentos e contra-argumentos disponíveis, no âmbito da legislação aplicável". No eventual pressuposto que provoca a consulta, a possível suspeita de parcialidade que seria gerada pelas repetidas visitas à Presidência da Nação deveria ter sido antecipada com um julgamento prudente.



42. A aplicação dos princípios éticos de independência e imparcialidade do juiz e das virtudes inerentes ao exercício da função judiciária devem ter sua projeção no processo judicial de forma que sejam determinantes da conduta dos juízes envolvidos nessas reuniões quanto aos motivos de abstenção e à estimativa dos motivos de impedimento.
43. Da mesma forma, as considerações acima se aplicam a todos os níveis da hierarquia judicial. Mas, de maneira especial, os magistrados dos Superiores Tribunais e Cortes Supremas estão especialmente vinculados a um dever de exemplaridade que se irradia para o mais humilde dos funcionários judiciais.

## **V. Conclusão**

44. A Comissão Ibero-americana de Ética Judiciária reitera que o exercício do Poder Judicial se baseia na confiança dos cidadãos nos seus juízes e, por isso, é essencial a separação de Poderes, real e eficaz, mas também preocupada em não transmitir uma imagem de confusão de poderes é essencial porque, de uma forma especial e nesta área, as aparências têm uma grande importância.
45. O caso que foi objeto de consulta refere-se às reuniões sociais e reiteradas de vários juízes de um Supremo Tribunal, quando já estavam em curso ou se previa que seriam iniciados processos de acusação contra dirigentes políticos.
46. Neste caso, há um efeito sensível sobre o princípio da separação de Poderes e o princípio ético da independência deve ser considerado violado pelos juízes.
47. Mas o princípio da imparcialidade também foi afetado na medida em que o tratamento especial de uma das partes pode inspirar medo nos outros réus. O fato de a questão surgir entre os chefes das instituições superiores do Estado tem um significado extraordinário para outros juízes e funcionários públicos.
48. Finalmente, do ponto de vista do comportamento dos juízes e parafraseando a jurisprudência europeia, acima mencionada, deve abster-se qualquer juiz cuja falta de imparcialidade tenha motivos legítimos para temer.
49. Em suma, a necessária cooperação harmoniosa entre os órgãos do Estado não impede, certamente, a presença institucional dos juízes, por cortesia, em reuniões públicas com os mais altos dirigentes políticos da Nação. No entanto, a familiaridade e a regularidade nas trocas e na presença de juízes em órgãos governamentais são fortemente desaconselhadas. Nessas condições, devem ser tomadas as providências necessárias para garantir a transparência e a publicidade das referidas reuniões e para que não sejam realizadas reuniões privadas que possam gerar qualquer tipo de suspeita.
50. Assim, sem prejuízo da cortesia e da promoção de boas relações institucionais dos juízes com outros Poderes do Estado, especialmente o Executivo, não é admissível

nos nossos dias que o juiz faça parte do séquito governamental e é contraproducente que exiba um comportamento adulator com relação a outros poderes do Estado.

---

---

[1] Romero, M<sup>a</sup> Luisa, M<sup>a</sup> Judith Arocha e Vanessa Coria (2019): *Compêndio de Normas Internacionais para a Proteção da Independência Judicial*, Centro de Justiça e Direito Internacional (CEJIL), San José, Costa Rica.

[2] TJEU (Grande Secção), acórdão de 20 de abril de 2021, *Repubblika*, C - 896/19, EU: C: 2021: 311.

[3]I / A Tribunal HR. *Caso López Lone e outros Vs. Honduras*. Objeção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 5 de outubro de 2015. Série C nº 302, § 194.

[4]I / A Tribunal HR. *Rico Case v Argentina*.. Objeção preliminar e mérito. Sentença de 2 de setembro de 2019. Série C nº 383, § 53.

[5] CEDH (Grande Câmara), acórdão de 6 de novembro de 2018, *Ramos Nunes de Carvalho e Sá v. Portugal*, CE: ECHR: 2018: 1106JUD005539113, § 144. TJEU (Grande Secção), acórdão de 19 de novembro de 2019, *AK (Independência da Câmara Disciplinar do Supremo Tribunal)*, C-585/18, EU: C: 2019 : 982, parágrafo 130.

[6] CEDH (Grande Secção), acórdão de 1 de dezembro de 2020, *Guðmundur Andri Ástráðsson v. Islândia*, recurso nº 26374/18, CE: ECHR: 2020: 1201JUD002637418, § 215.

[7] CEDH (Grande Câmara), acórdão de 15 de outubro de 2009, *Micallef v. Malta*, recurso n.º 17056/06, CE: ECHR: 2009: 1015JUD001705606, § 99; a versão original em inglês é a seguinte: "a confiança que os tribunais em uma sociedade democrática devem inspirar no público".

[8] CEDH (Grande Secção), acórdão de 23 de junho de 2016, *Baka v. Hungria*, recurso n.º 20261/12, CE: ECHR: 2016: 0623JUD002026112, § 164; a versão inglesa autêntica diz: "O Tribunal tem em muitas ocasiões enfatizado o papel especial do Judiciário na sociedade, que, como garante da justiça, um valor fundamental em um Estado governado por lei, deve gozar da confiança pública para ser êxito no desempenho de suas funções (*ibid.*, § 86, e Morice, citado acima, § 128). É por esta razão que as autoridades judiciais, no que diz respeito ao exercício de sua função jurisdicional, são obrigadas a exercer a máxima discrição no que diz respeito aos processos que tratam para preservar a sua imagem de juízes imparciais (ver Olujić, já citado, § 59) ".

[9] Castro Caballero, Fernando A. (dir.), *Código Ibero-americano de Ética Judicial Comentado*, Comissão Ibero-americana de Ética Judicial, Conselho Superior do Poder Judiciário, Bogotá, 2019, p. 44.

[10] Sobre as consequências deste art. 11 do Código, a Comissão se pronunciou em vários de seus pareceres, em particular no Décimo Quarto Parecer, de 12 de março de 2021, sobre as relações

inadequadas que podem surgir entre a justiça e a política ou entre a justiça e o exercício autônomo da advocacia. Propostas éticas diante das 'portas giratórias'. Oradores: Comissários Hernán A. De León Batista e Fernando A. Castro Caballero; e no Décimo Segundo Parecer, de 16 de outubro de 2020, sobre a liberdade de expressão e a ética dos juízes. Palestrante: Comissária Elena Martínez Rosso.

[11] Décimo Primeiro Parecer, de 16 de outubro de 2020, da Comissão Ibero-Americana de Ética Judicial sobre o Tratamento das Partes e a Ética Judicial. Palestrante: Comissária Miryam Peña Candia.